

CRITÉRIOS PARA A PONDERAÇÃO CURRICULAR E RESPECTIVA VALORAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO NO BIÉNIO 2015/2016

A ponderação curricular é um método de avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública e rege-se pelo previsto no artigo 43º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (SIADAP), e pelo previsto no Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 08/02/2010, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 43º da lei acima mencionada, aquele Despacho Normativo veio estabelecer os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer, estabelecendo ainda que as respectivas regras se deverão aplicar às avaliações por ponderação curricular efectuadas a partir de 1 de janeiro de 2017.

Por sua vez, o n.º 4 do mesmo artigo da referida lei obriga a que tais critérios constem de ata aprovada pelo Conselho Coordenador de Avaliação (CCA), a qual deve ser tornada pública.

Torna-se, assim, necessário concretizar os referidos critérios, aprovados pelo CCA da AD&C em reunião do passado dia 13 de dezembro, e publicitá-los, nos termos legalmente previstos.

A ponderação curricular é efectuada por reporte ao biénio relativamente ao qual é requerida a avaliação, devendo o currículo relatar, de forma clara, sintética e estruturada, a informação necessária e relevante para apreciar cada um dos critérios, devendo ainda ser acompanhado, nos termos do n.º 1 do artigo 2º do Despacho Normativo acima citado, da documentação comprovativa do exercício de cargos, funções ou actividades, bem como de outra documentação que o trabalhador considere relevante.

A avaliação de desempenho por ponderação curricular respeita a escala qualitativa e quantitativa prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 9º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro, cada um dos critérios é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5, não podendo em qualquer caso ser atribuída uma pontuação inferior a 1.

De acordo com o n.º 1 do artigo 3º do referido Despacho Normativo, os critérios a apreciar são os seguintes:

1- Habilitações académicas e profissionais

2- Experiência profissional

3- Valorização curricular

4- Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social

1 - VALORAÇÃO

1- Critério “Habilitações académicas e profissionais”

Por habilitação académica deve entender-se apenas a habilitação que corresponda a grau académico ou que a este seja equiparada.

Por habilitação profissional deve entender-se a habilitação que corresponda a curso legalmente assim considerado ou equiparado.

Na valoração dos referidos elementos, são consideradas as habilitações legalmente exigíveis à data da integração do trabalhador na carreira respectiva.

Assim, e para todas as carreiras da AD&C, a valoração deste critério será a seguinte:

- Titularidade da habilitação exigível à data da integração do trabalhador na carreira respectiva – 5 pontos

2- Critério “Experiência profissional”

A experiência profissional pondera e valora o desempenho de funções ou actividades, incluindo aquelas que tenham sido desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, devendo o requerente declarar tais funções ou actividades, com a respectiva descrição, e, se for o caso, a indicação da participação em acções ou projectos de relevante interesse, tudo devidamente confirmado pela entidade onde são ou foram exercidos tais cargos, funções ou actividades.

As pontuações seguidamente enunciadas serão atribuídas apenas uma vez por sub-critério quando se evidencie o seu preenchimento.

2.1. Carreira de inspetor superior e carreira geral de técnico superior

Sub-critérios:

- Participação em grupo de trabalho – 0,5 valores
- Coordenação de grupos de trabalho – 1,5 valores
- Elaboração de estudos e/ou trabalhos – 0,5 valores
- Elaboração de estudos e/ou trabalhos publicados – 0,5 valores
- Orientação de estágios profissionais – 0,5 valores
- Apresentação em seminários e conferências – 1 valor
- Monitoragem de ações de formação – 1 valor
- Membro de júris de procedimentos concursais de recrutamento ou de aquisição de bens e serviços (com efetividade de funções) – 0,5 valores
- Nomeação para representação do serviço a nível interdepartamental ou superior – 1,5 valores
- Exercício de atividades compreendidas nas atribuições da ADC – 1 valor
- Outras funções de especial relevância para a missão e competências da ADC, fundamentadamente reconhecidas pelo avaliador – 1 valor

A pontuação final deste critério é feita da seguinte forma:

- De 0 até 1 valores, inclusive = 1 ponto
- Superior a 1 até 3 valores, inclusive = 3 pontos
- Mais de 3 valores = 5 pontos

2.2. Carreira de técnico de informática, carreira geral de assistente técnico e carreira de assistente operacional

Sub-critérios:

- Membro de júris de de procedimentos concursais de recrutamento ou de aquisição de bens e serviços (com efectividade de funções) – 1 valores
- Monitoragem de acção de formação – 2 valores
- Participação em grupo de trabalho - 1 valores
- Coordenação de grupo de trabalho – 1 valores
- Orientação de estágio profissional – 1 valores

- Exercício de atividades compreendidas nas atribuições da ADC – 1 valor
- Outras funções de especial relevância para a missão e competências da ADC, fundamentadamente reconhecidas pelo avaliador – 1 valor

A pontuação final deste critério é feita da seguinte forma:

- De 0 até 1 valores, inclusive = 1 ponto
- Superior a 1 até 3 valores, inclusive = 3 pontos
- Mais de 3 valores = 5 pontos

3- Critério “Valorização curricular”

Na valorização curricular é considerada:

- a) A participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas nos últimos cinco anos, incluindo aquelas que tenham sido frequentadas no exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, desde que tudo devidamente comprovado;
- b) As habilitações académicas superiores àquelas que eram exigíveis à data da integração do avaliado na carreira respectiva.

Neste critério será considerado o somatório das horas de formação frequentadas nos últimos cinco anos.

- Até 150 horas – 1 ponto
- Mais de 150 horas e até 300 horas – 3 pontos
- Ações de formação de duração igual ou superior a 60h com avaliação – 3 pontos
- Mais de 300 horas – 5 pontos

Quando o avaliado, para além da participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas nos últimos cinco anos, tiver obtido, também nos últimos cinco anos, habilitação académica superior àquela que é exigível à data da sua integração na carreira respectiva, a valoração será a seguinte:

- Até 150 horas e habilitação académica superior àquela que era exigível à data da sua integração na carreira respectiva – 3 pontos

- Mais de 150 horas e até 300 horas e habilitação académica superior àquela que era exigível à data da sua integração na carreira respectiva – 5 pontos
- Doutoramento – 5 pontos

No âmbito deste critério, e na ausência de informação relevante para o efeito, considerar-se-á:
 1 dia = 6 horas, 1 semana = 30 horas e 1 mês = 120 horas.

4- Critério “Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social”

Constituem cargos ou funções de relevante interesse público apenas aqueles ou aquelas que se encontram previstas no artigo 7º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.

Constituem cargos ou funções de relevante interesse social apenas aqueles ou aquelas que se encontram previstas no artigo 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.

Nas carreiras de assistente técnico e de assistente operacional o exercício de cargos dirigentes é substituído pelo exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos.

Caso algum avaliado apresente, no período em avaliação, o desempenho de mais do que um cargo ou função, prevalecerá o/a de pontuação mais elevada.

4.1. Carreira de inspetor superior e carreira geral de técnico superior

Exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigos 7º e 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	1 ano completo	5 pontos
Exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigos 7º e 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	= > 6 meses	3 pontos

Sem exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigos 7º e 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	< 6 meses	1 ponto
--	---------------------	----------------

4.2. Carreira de técnico de informática, carreira geral de assistente técnico e carreira de assistente operacional

Exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos e/ou exercício de funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigo 3º, n.º 2, do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	1 ano completo	5 pontos
Exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos e/ou exercício de funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigo 3º, n.º 2, do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	= > 6 meses	3 pontos
Sem exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos e sem exercício de funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social – artigo 3º, n.º 2, do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro.	< 6 meses	1 ponto

II – Classificação e Avaliação Final

A avaliação final é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos critérios de ponderação curricular, nos termos a seguir mencionados, devendo todos os cálculos ser efectuados, sempre que possível, até às milésimas:

- Critério referido no ponto 1 – 10%
- Critério referido no ponto 2 – 55%

- Critério referido no ponto 3 – 20%
- Critério referido no ponto 4 – 15%

Quando deva ser atribuída pontuação 1 no critério referido no ponto 4, as ponderações são alteradas nos seguintes termos:

- Critério referido no ponto 1 – 10%
- Critério referido no ponto 2 – 60%
- Critério referido no ponto 3 – 20%
- Critério referido no ponto 4 – 10%

A expressão da avaliação final respeita a escala qualitativa e quantitativa prevista na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, sendo expressa da seguinte forma:

- de 1 a 1,999 pontos Desempenho inadequado
- de 2 a 3,999 pontos Desempenho adequado
- de 4 a 5 pontos Desempenho relevante

Lisboa, 03 de Janeiro de 2017

O Presidente do CCA



(António Costa Dieb)